

**Carlos Alberto
Zanotti**

Jornalista, professor e pesquisador da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, SP, Brasil com doutorado em Ciências da Comunicação. Líder do grupo de pesquisa Sociedade Mediatizada: Processos Tecnologia e Linguagem e membro da Rede de Pesquisa Aplicada Jornalismo e Tecnologia, filiada à SBPJor. Membro titular da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). Email: carlos.a.zanotti@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8198492979518868>

**Entre baderneiros e cidadãos:
a cobertura da imprensa
nas manifestações
de junho de 2013**

**Between hooligans and
citizens: the media coverage
of the demonstrations
of June 2013**

**Entre vándalos y ciudadanos:
la cobertura mediática de
las manifestaciones de
junio de 2013**

RESUMO

Este trabalho procura avaliar, por meio de um estudo de caso com potencialidade para generalizações, a guinada que se observou na tonalização das coberturas jornalísticas relativas à evolução dos protestos deflagrados com o Movimento Passe Livre (MPL), do município de São Paulo, que se alastrou por todo o País. Para tanto, adotamos um método de investigação que associa a análise discursiva a uma discussão sobre estratégias e fundamentos do jornalismo. O método é aplicado a editoriais e textos noticiosos publicados no jornal *Correio Popular*, da cidade de Campinas/SP, entre os dias 13 e 24 de junho de 2013. O resultado aponta para o reconhecimento, mesmo que a contragosto, de uma legitimidade na ação de se restringir a liberdade de circulação em vias públicas de grande fluxo como forma de chamar a atenção para causas sociais. Observa-se, ainda, o percurso trilhado pelo MPL na publicação, deixando a condição de sigla ignorada no início das coberturas para ser guindado, ao final do período, a chamadas de primeira página. Palavras-chave: Jornalismo. Sociedade midiaticizada. Movimento Passe Livre. Cidadania. Discurso.

ABSTRACT

This study evaluates, through a case study with potential for generalization, the shift that has been observed in the toning of news coverage on the evolution of the protests which erupted with the Free Transportation Movement (MPL), in São Paulo, which spread throughout the country. We adopted a method of research that combines discourse analysis and an approach of strategies and fundamentals of journalism. The method is applied to editorials and news published in the newspaper *Correio Popular*, of Campinas, between June 13 and 24, 2013. The result points to the recognition, even if unwillingly, of a certain legitimacy in restraining the freedom of great flux public highways as a way to draw attention to social causes. Besides that, we observe the paths followed by MPL in the publication, leaving the condition of an ignored acronym at the beginning of topplings to be hoisted, at the end of the period, to the front page headlines of the newspaper.

Keywords: Journalism. Media society. Free Transportation Movement. Citizenship. Discourse.

RESUMEN

En el documento, se evalúa a través de un estudio de caso con la posibilidad de generalizaciones, el cambio se ha observado en la cobertura de prensa sobre la evolución de las protestas que estallaron con lo movimiento a utilizar gratuitamente el transporte público (MPL) en São Paulo, que se extendió en todo el país. Por lo tanto, hemos adoptado un método de investigación que combina el análisis del discurso y análisis de las estrategias y fundamentos del periodismo. El método se aplica a los textos editoriales y noticias publicadas en el diario *Correio Popular*, de la ciudad de Campinas, entre el 13 y el 24 de junio de 2013. El resultado apunta al reconocimiento, aunque de mala gana, de existir una legitimidad en los bloqueos de vías públicas como medidas de protesta para llamar la atención sobre las causas sociales. Se percibe, en el transcurso del estudio, los caminos seguidos por MPL en el periódico: de acrónimo ignorado al principio de la protesta, pasa entonces a ocupar llamadas de primeraplana.

Palabras clave: Periodismo. Sociedad mediática. Movimiento Pase Libre. Ciudadanía. Discurso.

Submissão: 10/10/2013

Decisão editorial: 28/05/2014

Jornalismo e sociedade

O tema aqui proposto para estudo deverá se tornar banal em futuro próximo devido à cotidianidade com que tenderá a ser abordado em sociedades plenamente cobertas por redes comunicacionais. No tempo presente, contudo, é algo que pegou de surpresa cientistas políticos, jornalistas e sociólogos, bem como uma vasta gama de profissionais e estudiosos de questões sociais no Brasil. Referimo-nos às manifestações que tiveram origem na cidade de São Paulo em junho de 2013 – espalhando-se depois por todo o país – com a mobilização de um grupo de militantes do então ainda pouco conhecido Movimento Passe Livre (MPL). O protesto inicial contra reajustes tarifários para o transporte público paulistano evoluiu para um espetáculo midiático pouco comum, envolvendo milhões de pessoas. Veículos de empresas de comunicação foram depredados durante as manifestações e profissionais do jornalismo acabaram hostilizados pelos manifestantes; a própria mídia recuou de críticas feitas na primeira hora ao movimento.

Até aquele momento, as grandes mobilizações populares sempre estiveram reféns da imprensa para divulgar suas causas, argumentos e objetivos, além de dia, hora e local das aglomerações. Isso sem considerar a hipótese de que tivessem sido propriamente

estimuladas e/ou até mesmo pautadas pela própria mídia, como ocorreu parcialmente na campanha pela redemocratização do país, em 1983-84, ou no impedimento do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Nessas e em outras oportunidades de menor vulto, a dependência dos movimentos populares em relação à chamada grande imprensa não se restringia a buscar nela um canal para divulgar a agenda do evento, mas visava, sobretudo, a encontrar mecanismos que conferissem credibilidade aos atores sociais que faziam as convocatórias.

Muito embora não exista uma relação direta entre reputação e visibilidade na mídia, entendemos que, ao acolher demandas em sua agenda, o jornalismo confere um grau de legitimidade aos seus proponentes. Como bem propôs Chaparro (1994, p. 113-116), é próprio da imprensa atribuir uma espécie de atestado de veracidade aos relatos que faz. Ademais, não custa lembrar que, como já ponderou Bourdieu (1997, p. 16) ao resgatar ideias do filósofo George Berkeley ainda no século XVIII: "Ser é ser visto". Nesse sentido, não será um exagero supor que, ao se organizar e ganhar dimensão nacional fora do território da mídia tradicional, o MPL inaugurou, durante as mobilizações, um novo paradigma para a ação dos movimentos sociais e as relações deles com a imprensa no Brasil.

Uma reflexão em torno deste tema é especialmente oportuna por considerarmos que a mídia tradicional, embora tenha mostrado fragilidades no trato com aquelas (e outras) mobilizações, ainda continuará tendo um papel central e importante a cumprir no futuro, quando o que hoje nos chama a atenção vier a se tornar corriqueiro. Afinal, como nos assegura

Silverstone (2002), é praticamente impossível ficar imune à influência dos meios de comunicação, principalmente quando se busca compreender temas ligados à atualidade. Assim sendo, o sistema midiático deverá ter importância cada vez mais estratégica em um mundo cada dia mais plural em número de vozes e, por consequência, em volume de versões.

Apesar de a natureza do jornalismo, tal qual o conhecemos, estar intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo (MARCONDES FILHO, 1989), a imprensa necessariamente não conspira contra interesses sociais ou valores humanitários, muito embora algumas de suas organizações empresariais possam fazê-lo em determinadas circunstâncias¹. Em seu trabalho mais importante, o pesquisador José Marques de Melo (1994) já apontou que, no interior das redações, há sempre uma tensão envolvendo a publicação de acontecimentos que se tornam de interesse jornalístico. Embora prevaleça nas decisões internas a opinião do grupo que detém controle sobre a publicação, as linhas editoriais dos órgãos de imprensa estão sempre sujeitas a um pacto não formal entre os patrões e seus empregados, os jornalistas. Esse pacto teria dois objetivos, conforme pondera o autor: o primeiro é evitar um monolitismo que leve o periódico a se comportar como uma seita, o que seria indesejável numa sociedade plural à qual os jornais dirigem suas mensagens; e o segundo é manter um clima de

¹ O jornal *O Globo*, depois de um violento protesto do *black blocs* em frente à sede paulista da emissora do grupo, publicou editorial admitindo ter errado ao apoiar, 50 anos atrás, a implantação da ditadura militar no Brasil. Ver: "Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro", 31 Ago. 2013, disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

cordialidade nas redações, ambiente no qual existe grande interdependência de funcionários, chefias e empregadores. Afinal, um jornalista desmotivado pouco se esforça para conseguir manchetes, matérias exclusivas ou ir a fundo em uma difícil investigação – o que é fundamental para se alcançar qualidade no resultado final do trabalho.

Não bastasse essa intrincada rede de relações internas, o jornalismo está também sujeito a uma série de influências externas à sua lógica organizacional. O tema está bem explorado na obra de Mauro Wolf (2003), na qual se percebe que o balizador da importância de um acontecimento – o chamado valor-notícia – é auferido com base em uma gama de variáveis nem sempre conscientemente mobilizadas. Esses fatores vão da popularidade do sujeito envolvido no acontecimento (a proeminência) ao número de pessoas diretamente afetadas por ele, passando pela oportunidade de publicar determinada matéria (quando há escassez de fatos com maior valor noticioso) e pela expectativa do meio em relação ao comportamento de seu concorrente.

Ademais, cabe lembrar que um acontecimento não é necessariamente uma notícia, o que só ocorre quando lhe é dada a divulgação pública. E isso também não acontece sem que haja, até mesmo no plano da linguagem, certa negociação, visto ser a notícia fruto de um processo construcionista, conforme pondera Sousa (2002). Tal construção, segundo entende o autor, leva em conta variáveis que incluem a acessibilidade da informação procurada, a disponibilidade da fonte para conceder ou não uma entrevista, o interesse de anunciantes, a existência ou não de grupos de pressão, a linha editorial da publicação

e o próprio tempo disponível para que o jornalista se dedique à apuração da reportagem, entre outras.

Opinião e informação

Paralelamente às notícias e às reportagens – produções classificadas como informativas –, o jornalismo produz também outro tipo de texto, o opinativo, no qual se agrupam editoriais, artigos e colunas, entre outros. A separação entre essas duas modalidades de texto surgiu com o diário londrino *Daily Courant*, no início do século XVIII, por obra do editor Samuel Buckley. Desde então, a estratégia se tornou praticamente hegemônica nos órgãos de imprensa das sociedades regidas pela economia de mercado.

A lógica subjacente à separação proposta por Buckley é a de oferecer ao leitor a ilusão de que o jornalismo só emite opinião em uma parcela dos textos que publica, claramente demarcados como tal. Resta subentendido que, nos demais espaços, haveria um compromisso com a neutralidade ou objetividade, expressão esta mais aceita entre os profissionais do ramo. No entanto, sabe-se que a produção da notícia está sujeita a filtros que, de forma alguma, lhe garantem a objetividade prometida na estratégia do antigo editor londrino (ROSSI, 1991). Para o pesquisador José Marques de Melo, por exemplo, a separação entre os textos informativos e opinativos se dá apenas em função da carga semântica empregada: os primeiros enunciam claramente um posicionamento, já os demais dissimulam seu caráter ideológico (MELO, 1994).

Aos propósitos do trabalho aqui produzido, procuramos acompanhar, durante as manifestações públicas de junho de 2013, a evolução das reportagens e dos editoriais dedicados ao tema em um jornal de

circulação diária do interior paulista. A exemplo dos principais veículos de comunicação do País com raríssimas exceções, o *Correio Popular*, de Campinas/SP, também apresentou no curso de suas edições um revés no posicionamento assumido logo no início das coberturas. Registre-se que no noticiário nacional e, portanto, na cobertura dos eventos na capital do Estado, as edições do jornal foram guarnecidas pelos serviços noticiosos que a publicação assina: as agências Estado e Folhapress. Essas duas empresas atuaram, portanto, como fontes contratadas, e as coberturas local e regional das manifestações ficaram sob os cuidados das fontes próprias do jornal.

Entendemos que, embora localizados em seções diferentes e grafados em tipologias diferenciadas, há uma estreita ligação entre os editoriais e os textos apresentados como puramente informativos. Descritos como “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 1994, p. 95), os editoriais, em larga medida, norteiam o trabalho da redação, dando o tom que deve ser seguido nas coberturas. A dubiedade no verbete que discorre sobre o tema no Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo, lançado em 1996, dá uma noção das sutilezas com que o assunto é tratado: “Os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem” (NOVO MANUAL, 1996). Além de falar aos funcionários da casa e ao público leitor, os editoriais se dirigem principalmente aos governantes, junto aos quais os jornais defendem seus aliados, em especial nos negócios:

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jor-

nalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. [...] Significa, muito mais, um trabalho de 'coação' ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (MELO, 1994, p. 97)

Os editoriais – textos sem indicação de autoria – são geralmente produzidos por profissionais especializados e identificados, ao menos como enunciadores, com a linha política do grupo que controla o empreendimento jornalístico. Como bem sintetiza Guedes (2004, p. 52), “a enunciação editorial reflete o sujeito-editorialista, enquanto porta-voz do jornal, falando em nome da soma das opiniões dos grupos que orientam a política editorial do veículo”. Ao analisar os temas tratados no interior do jornal, o editorial revela sua natureza metalinguística, sendo, pois, um espaço de excelência para se observar o jogo ideológico que se estabelece nas relações de poder presentes no que poderíamos chamar de formação discursiva (FD) do jornalismo contemporâneo.

A formação discursiva se caracteriza como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. [...] As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. (ORLANDI, 2001, p. 43)

Na análise de discurso, segundo aponta Brandão (1998), deve se abordar as condições de produção em que tais textos foram concebidos e interpretados. Elas compreendem “o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, e a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando” (BRANDÃO, 1998, p. 90).

Nos gêneros textuais jornalísticos recolhidos no *Correio Popular* – editoriais e textos informativos – observamos desvios de rota em ambos os casos durante a cobertura das manifestações. Nos editoriais, notamos uma clara mudança de avaliação sobre o que estaria ocorrendo nas ruas, e nos textos informativos houve mesmo uma transgressão explícita das regras da objetividade, tendo-se resvalado para o que, em jornalismo, se chama “editorialização” – quando matérias que se apresentam como informativas explicitam claramente um juízo de valor. O momento em que ambas as modalidades discursivas convergiram para outro sentido não significou, contudo, uma ruptura, mas uma naturalização do evento, visando a estabilizar as relações de poder instituídas no e pelo discurso. Além do uso da palavra como elemento disciplinador, esteve presente outro operador discursivo – o do silenciamento (ORLANDI, 2001). Com essas estratégias, o jornal buscou a domesticação do fenômeno até então sem precedentes na história do País.

Contexto e eixos de análise

Durante as mobilizações de junho, pela primeira vez as redes sociais foram intensamente utilizadas para anunciar manifestos, convocar interessados e relatar conflitos, o que tornou dispensável a cooperação da mídia tradicional. As redes sociais também fizeram circular imagens e coberturas ao vivo, produzidas no interior dos próprios eventos por um canal independente na internet: a Mídia Ninja, acrônimo para o movimento Narrativas Independentes Jornalismo em Ação. Esse grupo atua em várias capitais brasileiras colocando-se como uma opção de cobertura à mídia convencional por se dedicar ao que chama

de jornalismo engajado. Foi nesse período, também, que outra expressão ganhou o espaço público – *black bloc*, um movimento de caráter internacional que advoga o anarquismo e que ficou aqui associado às depredações de patrimônio público e/ou privado durante as mobilizações.

O primeiro dos editoriais do *Correio Popular* sobre o tema foi publicado na mesma edição, a do dia 13 de junho, na qual o jornal noticiava, com discreta chamada de primeira página, o início da mobilização na cidade de São Paulo. Abaixo, transcrevemos as formulações mais significativas encontradas nos oito editoriais publicados pelo jornal nos dias em que o movimento eclodiu, chegou ao auge e experimentou o primeiro momento de acomodação. Elas foram aqui divididas em quatro eixos analíticos (EAs): um em que o editorialista descreve as manifestações sob seu ponto de vista; outro em que se descrevem os manifestantes; um terceiro, no qual se exigem providências das autoridades; e um último, em que o propósito parece ser acomodar o movimento no quadro das relações do poder institucional.

EA-1: Baderna

Baderna e manifestos nas ruas (13/6)

O que se vê **não é uma manifestação espontânea**, nascida de grupos organizados que levantam a bandeira de negociação para se atingirem preços menores. A maneira **truculenta** dos atos nas ruas **afasta** qualquer **razão** da forma de protesto, fazendo com que os manifestantes sejam vistos apenas como **vândalos irresponsáveis**. (13/6)

Os projetos de curto prazo dessa **esquerda beligerante** incluem **criar** um clima de **instabilidade e confronto**. (13/6)

O **caos de violência** que acontece em São Paulo e algumas cidades do Brasil, sob pretexto de protestar contra o alto preço das tarifas de transporte coletivo, chegou a um estado que **aponta** para o **descontrole** da situação [...] (15/6)

[...] **sociedade**, que ficou **dividida** entre a indignação com o estado de coisas neste País, mas não se identificava com a **horda** que **promovia arruaça** nas cidades. (19/6)

No momento em que as **manifestações** que eclodiram em todo o País **ganharam força**, no repto pela **moralização da vida pública e melhoria** na qualidade dos **serviços**, Campinas entrou em cena, involuntariamente, pela porta de trás, refém de uma **horda insensível** às noções básicas de civilidade e que comprometeu os esforços de organização e força política. (21/6)

Nos primeiros editoriais sobre o tema, entre 13 e 15 de junho, o jornal campineiro adotou a versão das agências noticiosas cujos serviços assina. Conforme se pode observar na seleção vocabular, destacada em negrito, instauraram-se efeitos de sentido de polarização crescente, a partir da representação dos manifestantes no polo da negatividade, em um crescendo da individualização (vândalos irresponsáveis e truculentos a quem falta razão) à coletivização (horda insensível de arruaceiros), garantindo-se ao leitor que o episódio paulistano não nascera de forma espontânea. Com recurso à estratégia de diferenciação, produziu-se a imagem de um embate político entre esquerda beligerante e grupos organizados que levantam a bandeira da negociação.

Em 19 de junho, a publicação reconhecia haver uma divisão na sociedade em relação ao apoio às manifestações, que até então eram chamadas de

baderna. Em 21 de junho, o que vinha sendo chamado de baderna ou arruaça passou a ser visto como um movimento pela moralização da vida pública, embora infiltrado por uma horda insensível que estaria atuando em paralelo – o elemento disfuncional do protesto legítimo. A reversão de imagem visava, naquele momento, a estabilizar as relações entre imprensa e público, bem como a isolar a real ameaça de ruptura com o modelo de sociedade constituído.

EA-2: Baderneiros

A maneira **truculenta** dos atos nas ruas afasta qualquer razão da forma de protesto, fazendo com que os manifestantes sejam vistos apenas como **vândalos irresponsáveis**. (13/6)

Resta saber se a maneira como a sociedade está sendo atingida soma alguma forma de apoio ao movimento ou cria aversão aos métodos desafiadores e inconvenientes de **meros baderneiros**. (13/6)

A violência desmesurada dos policiais contra jornalistas e pessoas que apenas estavam nas imediações da confusão enodoa o que deveria merecer aplauso pela forma como enfrentaram os **baderneiros**. (15/6)

A maneira **truculenta** como **alguns grupos** invadiram o movimento, depredando patrimônios, quebrando equipamentos públicos, e o **discurso vazio** de uma pretensa Tarifa Zero desautorizaram qualquer gesto amplo de apoio da sociedade, que ficou dividida entre a indignação com o estado de coisas neste País, mas não se identificava com a **horda** que promovia **arruaça** nas cidades. (19/6)

É preciso que esses **vândalos** sem bandeira sejam aliados do processo, enquadrados como **criminosos** que

são, e parem de prejudicar o que poderia ser um momento de transformação para o País, de reafirmação de uma nação e de elevação do orgulho patriótico. (21/6)

[...] **vândalos** que se **infiltraram** para atos de **bandagem explícita**. (22/6)

O grande prejudicado é um movimento que se transformou de uma **utópica** reivindicação pela tarifa zero no transporte coletivo para o mote de uma revolta que estava engasgada na garganta dos brasileiros. (22/6)

Entre 13 e 15 de junho, os manifestantes foram associados a imagens de violência e desorganização, e o jornal, ao longo das edições seguintes, adotou uma estratégia para diferenciar uns dos outros, com o efeito de sentido de que os revoltados pertenceriam a um grupo infiltrado, portanto uma minoria. Eles representariam uma ameaça àquilo que “[...] poderia ser um momento de transformação para o País, de reafirmação de uma nação e de elevação do orgulho patriótico”.

EA-3: Punição

A intolerância raivosa e agressiva do grupo **exige** uma **punição exemplar** das autoridades. (13/6)

Não é possível que manifestantes tomem as ruas de forma truculenta e provocativa, tentando criar um estado de ânimo político que **não deve ser tolerado**. (15/6)

É preciso que esses vândalos sem bandeira **sejam aliçados do processo, enquadrados** como **criminosos** que são, e parem de prejudicar o que poderia ser um momento de transformação para o País, de reafirmação de uma nação e de elevação do orgulho patriótico. (21/6)

Também entre 13 e 15 de junho, o jornal começou a pedir às autoridades públicas não apenas a contenção do movimento, que partira para depredações como forma de protesto, mas também uma “punição exemplar” aos seus responsáveis. Eles estariam criando um estado de tensão que não deveria ser tolerado pelo Estado. Já em 21 de junho, segundo o jornal, os infiltrados é que estavam atrapalhando a legitimidade do movimento. As expressões em negrito apontam para os recursos utilizados para legitimar a proposição de restabelecimento da ordem.

EA-4: Movimento

O torcedor não se engana e quer mais é ver a bola rolar. Mas também não se pode desconsiderar totalmente o **grito engasgado** na torcida brasileira, indignada com o **desperdício**, a **roubalheira** e a **incompetência** demonstrados na construção de um evento que deveria ser somente festa. (17/6)

Um **protesto** com a **cara do Brasil** (19/6)

A continuidade do movimento trouxe uma nova feição para o protesto. O que de início **parecia** uma mobilização de **estudantes** e **radicais políticos**, ganhou forma e **força**, espalhando-se em todas as camadas e representações sociais. (19/6)

[...] Agora, os **sinais** são mais **evidentes** e as pessoas tomaram as ruas. As consequências são tão mais **otimistas** quanto os protestos que se mantiveram organizados e sem violência. (19/6)

[...] o movimento é hoje um aglomerado de **intenções** e **reivindicações** as mais **diversas**, abrindo espaço para que a **indignação popular** finalmente saia em um **grito contra** tantas **coisas erradas** que assolam o País. (20/6)

[...] desse **levante democrático, pacífico e edificante** para a **cidadania**. (20/6)

O grande prejudicado é um movimento que se transformou de uma utópica reivindicação pela tarifa zero no transporte coletivo para o mote de uma **revolta** que estava **engasgada** na garganta dos **brasileiros**. (22/6)

[...] trouxeram para o País uma enorme pauta de **reivindicações** que há tempos vinha se **acumulando** no ideário popular. (22/6)

[...] durante as **passeatas** que se propõem **pacíficas**. (22/6)

[...] o que **ressalta** no movimento é a **espontaneidade**, abrangência e o foco difuso das reivindicações, que se catalisaram no propósito comum de **reverter o estado de coisas** que domina o Brasil **há mais de uma década**. (22/6)

[...] dimensão do **grito da sociedade**. (22/6)

[...] **recado** que **ecoava das ruas**. (22/6)

[...] atenuar a **insatisfação latente**. (22/6)

[...] como se a **farra** [superfaturamento de obras para copa] não estivesse sendo **financiada** pelo BNDES. (23/6)

[...] **lenitivo** para a **indignação**. (23/6)

[...] Resta saber se, desta vez, o **povo** vai **se deixar enganar**. (23/6)

Em 17 de junho, a publicação já assumira, como suas, as razões do movimento, considerando-o um grito engasgado contra o desperdício, a roubalheira

e a incompetência, visando a reverter uma situação “que domina o Brasil há mais de uma década”. O efeito de sentido aqui criado – que se perceberá nas expressões em **negrito** – é o de sua legitimidade contra o governo, mas não contra o sistema que mantém as relações de poder institucionalmente estabelecidas nas quais o próprio jornal atua como protagonista discursivo. Registre-se que, no dia 14 daquele mês, o jornal *Folha de S. Paulo*, em seu portal, divulgou pesquisa apontando que 55% dos paulistanos apoiavam as manifestações (FOLHA DE S. PAULO, 2013); e que a “mais de uma década” referida no *Correio Popular* coincide, não por mero acaso, com o período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) permanece na governança do País.

Silenciamento, naturalização e controle

A estratégia de silenciamento esteve presente nos textos opinativos, observados acima, e nos textos informativos, cujos títulos estão abaixo transcritos. Nos editoriais, em nenhum momento se refletiu sobre transporte público como serviço cuja natureza seria satisfazer necessidades e interesses da sociedade. O descontentamento foi interpretado como o desejo de uma “pretensa tarifa zero”, como se a ordem natural das coisas automaticamente excluísse essa possibilidade ou esse “devaneio” dos manifestantes.

Na tabela a seguir, onde se transcrevem os títulos de chamadas de primeira página do *Correio Popular* no período das manifestações, estão assinaladas em **negrito** as expressões com as quais o jornal descreveu o fenômeno. Trata-se de textos que, na lógica do modelo de jornalismo adotado por esse diário – o da objetividade nas coberturas – deveriam se restringir à

categoria informativa. Há neles, contudo, um conjunto de expressões que produzem o efeito de sentido de que o movimento está associado a uma indesejável transgressão da ordem. Na edição do dia 18 de junho, quando já existia uma indisfarçável simpatia por parte da população em relação às mobilizações, registrada em pesquisa feita do DataFolha, o jornal campineiro chegou mesmo a romper com as regras da objetividade numa tentativa de trazer o movimento para dentro do quadro de valores com os quais trabalha.

DATA (Junho)	TÍTULOS NA PRIMEIRA PÁGINA
13	DA BADERNA PARA A PRISÃO
14	GUERRA CAMPAL: Selvageria tumultua SP em novo protesto contra tarifa
15	CONTRÁRIO AOS ABUSOS: Alckmin condena vandalismo e apura ação da PM
16	Manifestantes e polícia se confrontam em Brasília
17	SECRETÁRIO PEDE REUNIÃO COM MANIFESTANTES PARA EVITAR NOVO CONFRONTO: Grella Vieira quer impedir tom bélico na manifestação prevista para hoje, na Capital, onde jovens voltarão a usar máscaras
18	O DESPERTAR DO BRASIL (LF) Manifestações tomam as ruas de 11 capitais, ampliam revolta iniciada com a reivindicação do passe livre e chegam ao núcleo do poder no Congresso Nacional, em Brasília, à Assembleia Legislativa do Rio e ao Palácio dos Bandeirantes em SP
19	Campinas: protesto começa no Rosário e cancela folga da GM (chamada para evento do dia seguinte)
	Manifestação tenta invadir Prefeitura e lota a Paulista

20	Efeito dominó reduz a tarifa do transporte em Campinas <i>(Foto é ambulante campineiro, de 62 anos, vestido com verde e amarelo conclamando manifestantes)</i>
21	PLANO ERA A PAZ MAS A BARBÁRIE VENCEU
22	DILMA CONVOCA PACTO
	Mesmo grupo de vândalos repete violência no Centro
	<i>Demais chamadas de capa incluem "Ato das crianças será no Taquaral"</i>
23	Liderança jovem repudia vandalismo em Campinas
	Com protestos, caras-pintadas revivem época do Fora Collor
	Atos refletem a 'realidade crítica'
	Manifestação tem prisão e estragos
	MPL volta atrás e se mantém na rua
24	Tarifa de R\$ 3 entra em vigor hoje em Campinas
	Manifestantes prometem voltar com força às ruas <i>(Chamada acima da manchete, foto de mascarado com bandeira)</i>

Observa-se que nos dias 14 e 15 os manifestantes ainda foram indistintamente chamados de selvagens e vândalos. Na edição do dia 16, quando o governo do Estado apareceu no noticiário prometendo investigar abusos policiais cometidos na contenção do movimento, eles já foram tratados como tal, expressão também usada no dia 17. No dia 18, ao registrar as manifestações que se generalizaram por 11 capitais brasileiras, o jornal qualificou o movimento como resultado de uma revolta, afirmando em manchete, em letras maiúsculas, que o País teria despertado,

supostamente, do sono no qual estava condenado a ficar “deitado eternamente”, em alusão à letra do Hino Nacional.

No dia 19, o jornal publicou chamada para o ato público que haveria no dia seguinte nas ruas centrais de Campinas, divulgando a agenda dos acontecimentos. No dia seguinte, manchete informava que a tarifa do transporte coletivo havia sido reduzida em Campinas, de R\$ 3,30 para R\$ 3,00, a vigorar a partir do dia 1º de julho. O anúncio não alterou a programação do evento local, que foi apresentado como uma movimentação pacífica que teria evoluído para a barbárie. Em 22, o jornal inicia campanha contra os vandalismos registrados, mas o movimento continuou a ser chamado de manifestação. Em 23 de junho, dez dias depois do início das coberturas, a sigla MPL foi guindada à condição de manchete. No último dia do *corpus* a que nos propusemos avaliar, 24 de junho, o jornal permaneceu utilizando o termo ‘manifestantes’ e registrou em manchete que a tarifa de ônibus cairia de valor já naquele dia, sem que se esperasse o início do mês seguinte para ter o preço reduzido.

Conclusão

Embora as generalizações sejam arriscadas, acreditamos que o estudo de caso aqui realizado reflete em larga medida a conduta que os órgãos de comunicação brasileiros adotaram em relação às manifestações de junho de 2013. A rigor, todos se confessaram surpresos com o rumo que os acontecimentos tomaram, em especial os grupos de comunicação que tiveram seus veículos e profissionais hostilizados durante os atos públicos. Em muitos casos, se viram mesmo obrigados a redirecionar suas coberturas, a

exemplo do que ocorreu com o *Correio Popular*, visando estabilizar as relações de poder institucionalizadas. Nesse jornal, observou-se ainda uma explicitada sincronia entre texto opinativo (os editoriais) e texto informativo (as notícias e reportagens), instrumentos com os quais se buscou impor uma determinada disciplina ao organismo social. Não custa lembrar que

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é 'necessário' pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p. 16-17)

Nesse percurso, enquanto o jornal desconhecia o apoio popular às manifestações, tratou de repudiá-las, jogando na vala comum de “baderneiros” todos os cidadãos que compareciam aos atos públicos, cumprindo sua ação de vigilância. Na estratégia, a publicação chegou mesmo a cobrar uma “punição exemplar” aos manifestantes que partiram para depredações ou que bloquearam ruas e avenidas. Ou seja, poderiam até protestar, desde que dentro das regras toleradas por códigos legais cuja única função é exatamente a de assegurar a ordem estabelecida. Ao perceber a adesão popular, buscou então enquadrar como direitos de cidadania o elenco indistinto de reivindicações apresentadas, passando a descrever o movimento como um episódio natural de revolta contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a única agremiação política que representou algum

desconforto aos interesses do capital no Brasil no período pós-regime militar.

É oportuno lembrar aqui que, nos estudos discursivos, recomenda-se pensar as mídias em um papel duplo: “aquele pelo qual expõem a todo momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluiriam” (GOMES, 2003, p. 77). Ou seja, os protestos devem se dar dentro do quadro de valores que visa preservar a superestrutura que rege a sociedade à qual a imprensa dirige suas mensagens, submetendo-se os descontentes aos mecanismos de coação e punição criados para assegurar a manutenção dessa mesma superestrutura. Para tanto, o jornal em questão – a exemplo dos demais – abriu mão de seus compromissos com qualquer grau de objetividade ao recorrer intensamente às adjetivações, fenômeno que culminou com o uso da metáfora hiperbolizada de um país que se levanta de seu berço esplêndido, em texto que deveria se restringir à informação.

Em paralelo ao controle pelo discurso, viu-se observada uma estratégia de silenciamento das questões sociais subjacentes ao descontentamento popular que deu força às manifestações. Em nenhum momento associou-se o descontentamento popular às condições socioeconômicas que tornam o Brasil o quarto país mais desigual em um dos continentes mais desiguais – a América Latina – de todo o mundo. Não se fez menção, por exemplo, aos lucros exorbitantes obtidos pela especulação financeira em contraposição às políticas urbanas e trabalhistas francamente desfavoráveis aos interesses populares. Acolher o momento da forma como se o fez foi o equivalente a entregar os anéis para que os dedos fossem poupados no conflito que eclodiu naquele mês de junho.

Referências

BADERNA e manifestos nas ruas. **Correio Popular**. 13 jun. 2013. Editorial.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 1998.

BRASIL precisa decifrar o eco que sai das ruas. **Correio Popular**. 23 jun. 2013. Editorial.

CAMPINAS entra no palco dos protestos. **Correio Popular**. 20 jun. 2013. Editorial.

CAMPINAS e o lado podre da manifestação. **Correio Popular**. 21 jun. 2013. Editorial.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GUEDES, V. M. **A enunciação editorial**: O procedimento opinativo da imprensa pessoense frente ao embate eleitoral 2004 em João Pessoa. BOCC. UBI, 2005.

MAIORIA da cidade é a favor dos atos, mostra Datafolha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 jun. 2013, Cotidiano1-C5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294919-maioria-da-populacao-e-a-favor-dos-protestos-mostra-datafolha.shtml>>. Acesso em 15 mai. 2013.

MANIFESTAÇÕES e destempero dos policiais. **Correio Popular**. 15 jun. 2013. Editorial.

MANIFESTAÇÕES, vaías e política em campo. **Correio Popular**. 17 jun. 2013. Editorial.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARIANI, B. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO. FOLHA DE S.PAULO. 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_e.htm>. Acesso em 17 mai. 2013

O RESCALDO de um protesto equivocado. **Correio Popular**. 22 jun. 2013. Editorial.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

UM PROTESTO com a cara do Brasil. **Correio Popular**. 19 jun. 2013. Editorial.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.